

Arrecadação maior sustenta superávit

Resultado primário atinge R\$ 11,9 bilhões em abril, o maior valor mensal já registrado pelo BC

Alex Ribeiro
de Brasília

O aumento da arrecadação ajudou o governo a atingir novo superávit primário recorde em abril. No mês, as receitas de União, Estados, municípios e empresas estatais superaram as despesas (exceto juros) em R\$ 11,9 bilhões, o maior valor mensal já registrado na atual série estatística do Banco Central (BC), iniciada em 1991. Em março, o resultado primário havia atingido R\$ 10,28 bilhões, valor inédito até aquele mês.

Em termos reais, o resultado primário de abril foi superado pelo registrado em setembro de 2002, quando o superávit atingiu R\$ 12,21 bilhões — ou R\$ 10,26 bilhões, sem a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor real correspondente ao mês de março é de R\$ 10,32 bilhões, ou 8,36% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado mensal de abril corresponde, por sua vez, a 9,08% do PIB.

Ao contrário do ano passado, quando o esforço fiscal se devia ao corte de despesas, agora o que pesou mais foi o lado da receita. Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, houve entre março e abril um crescimento de R\$ 1,8 bilhão nas receitas federais, enquanto as despesas se reduziram em apenas R\$ 400 milhões.

Pelo segundo mês consecutivo, o setor público registrou superávit nominal — de R\$ 1,98 bilhão. Ou seja, a economia orçamentária feita pelos governos foi suficiente não só para pagar os juros devidos

em abril (R\$ 9,9 bilhões), mas também para amortizar uma pequena parcela do principal da dívida pública. Este não é o maior superávit nominal da história — em abril de 2003 ele foi de R\$ 3,5 bilhões —, mas o resultado obtido agora é mais expressivo porque se deve ao esforço fiscal genuíno do setor público.

Em abril de 2003, registrou-se alto superávit nominal única e exclusivamente em virtude das receitas com juros obtidas com a valorização do câmbio. A queda do dólar fez com que o governo obtivesse naquele mês uma receita de R\$ 11,1 bilhões nos “swaps” cambiais. Já em abril de 2004 não houve ajuda dos juros. Os encargos da dívida somaram R\$ 9,9 bilhões, dentro da

média observada nos meses anteriores. O resultado nominal só foi possível porque o setor público elevou receitas orçamentárias e reduziu gastos. No acumulado em 12 meses, o resultado nominal chegou a 4,45% do PIB em abril, ligeiramente acima dos 4,39% do PIB de março.

O novo resultado recorde afastou de vez as dúvidas que chega-

ram a surgir no mercado financeiro sobre a disciplina fiscal. Em fevereiro, o superávit se limitara a R\$ 3,29 bilhões, pois fora prejudicado pelo pagamento de dividendos pelas empresas estatais. O resultado relativamente baixo chegou a ser citado como um risco

fiscal relevante em relatório do banco JP Morgan. As dívidas começaram a se dissipar com o bom resultado de março, e a divulgação dos dados de abril foi bem recebida pelo mercado financeiro na sexta-feira.

O superávit primário voltou à trajetória do cumprimento da meta anual do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — estabelecida em 4,25% do PIB.

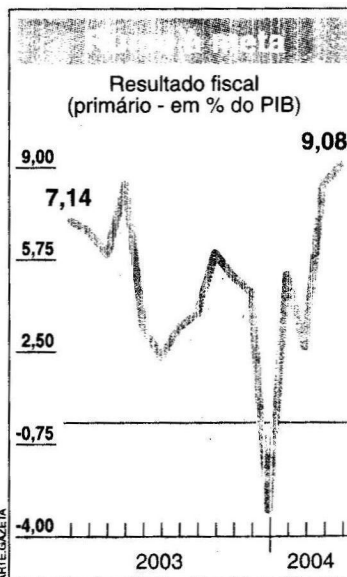
O resultado acumulado em 12 meses chega a 4,23% PIB, recuperando-se da queda sofrida em fevereiro, quando atingiu 3,93% do PIB. “O cumprimento da meta com o FMI para junho já está praticamente assegurado”, disse Lopes. O esforço fiscal do primeiro quadrimestre atingiu R\$ 32,43 bilhões, o que equivale a 99,5% da meta de R\$ 32,6 bilhões estabelecida para junho.

Até o final do ano, é esperado um aumento do esforço fiscal das estatais. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), está previsto uma economia de 0,7% do PIB pelas empresas federais, mas elas acumulavam um superávit primário de apenas 0,53% do PIB nos 12 meses encerrados em abril.

Graças aos resultados primários, ao crescimento da economia e à inflação mais alta no atacado, houve no primeiro quadrimestre uma queda considerável — de 2,1 pontos percentuais — na relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB. Em abril, o endividamento chegou a 56,6% do PIB, contra 58,7% do PIB observado em dezembro do ano passado. Entre os meses de março e abril a baixa foi de 0,7 ponto percentual.

Mas, de hoje até o final do ano, o BC já conta com uma possível elevação no indicador de endividamento. A alta do dólar ocorrida em maio deverá aumentar as despesas com juros, elevando a dívida pública. Se a taxa terminar o mês de maio em R\$ 3,10, conforme previsto pelo mercado, a dívida líquida irá atingir 57,6% do PIB, segundo estima o BC. No fechamento do ano, caso a cotação do dólar se mantenha em R\$ 3,10, a dívida deverá atingir 57,4% do PIB.

“O impacto da variação do dólar sobre a dívida é bem menor do que no passado recente”, disse Lopes. Em fevereiro do ano passado, afirmou, uma alta de 1% na cotação do dólar provocava elevação de 0,28 ponto percentual na dívida líquida. Em abril, a resposta era de apenas 0,16 ponto percentual.



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil